

7 – CONCLUSÕES FINAIS

Esta pesquisa tinha por objetivo reconstruir a história da disciplina matemática do currículo da escola secundária brasileira, no período de 1936 a 1942, apresentando os principais protagonistas presentes no âmbito das discussões sobre ensino dessa ciência. Tomamos como foco a reforma do ensino secundário empreendida, em 1942, por Gustavo Capanema, então ministro da educação e saúde.

Antes, porém, de analisar a reforma de 1942, não poderíamos deixar de apresentar uma síntese das principais reações que ocorreram a partir da execução dos programas de matemática implantados pela reforma empreendida, por Francisco Campos, em 1931. Tais manifestos partiram de três vias distintas: padre Arlindo Vieira, Almeida Lisboa e o exército.

Arlindo Vieira não combatia somente os programas de matemática. Grande defensor do ensino das humanidades clássicas, sua grande luta foi contra o caráter científico implantado pela Reforma Francisco Campos.

As manifestações provenientes do professor Almeida Lisboa sempre se reduziam a um único ponto: os programas de matemática possuíam um caráter utilitário e essencialmente prático. Para ele, ao contrário do padre Arlindo Vieira, não havia mais matemática no curso secundário. Defensor no ensino da matemática clássica, Almeida Lisboa, provavelmente, morreu combatendo a nova orientação dada, a partir de 1929, ao ensino dessa disciplina.

Para o exército, o grande problema dos programas de matemática, implantados pela reforma de 1931, residia no ensino simultâneo e não sucessivo da Aritmética, da Álgebra e da Geometria. A preferência dos professores militares pelos programas anteriores foi justificada por Vianna. Ele afirma que tal posição, “explica-se pelo fato da ordem didática tradicional aproximar-se muito da ordem geral dos programas da escola positivista” (VIANNA, [1937], p.12). Em nenhum momento, os professores militares se manifestaram contra os novos métodos de ensino.

Neste período não temos registro de nenhum artigo de Euclides Roxo se manifestando contra tais reações.

Não podemos considerar essas reações como um fato isolado na história da disciplina matemática, pois tais manifestações exerceram grande influência na elaboração dos programas de matemática da Reforma Gustavo Capanema.

O caráter científico dado ao ensino secundário na Reforma Francisco Campos começou a ser combatido na elaboração do plano nacional de educação e foi eliminado do ensino secundário com a Reforma Gustavo Capanema, em 1942.

Para muitos, a reforma de 1942 representou um retrocesso no desenvolvimento do ensino no Brasil, visto que a predominância do ensino das humanidades clássicas não correspondia às exigências de um país a caminho da industrialização. De acordo com Nunes, esse domínio “decorria da finalidade que o ministro Capanema atribuía ao ensino secundário” (NUNES, 1962, p. 114).

Outra questão, ligada a esse fato, é a influência dos jesuítas na elaboração da reforma. Sobre isso, o próprio ministro, em 1942, já havia se manifestado em ocasião da publicação de um artigo no jornal *Gazeta de Notícias*, em 7 de abril de 1942. Vejamos o que ele disse em uma carta a Wladimir Bernardes¹:

“Diz o seu jornal que a reforma do ensino secundário, que estou fazendo, está marcada pela influência dos jesuítas.

Não é assim, meu caro amigo. Preocupado em fazer obra segura, tenho ouvido a muita gente sobre o assumpto. Ao meu gabinete têm vindo professores e intellectuais de todas as feições culturaes, para dar o seu parecer e sua contribuição. Não é o meu modo de ser deixar-se influenciar por este ou por aquelle, deixar-se levar por esta ou aquella tendência. O governo me deu o habito de buscar equilibrio, a equidistância” (p. 1).

Realmente, observamos que Gustavo Capanema procurou “conciliar as tendências opostas ou divergentes, notadamente no terreno da velha controvérsia entre os defensores e os negadores da atualidade dos estudos das humanidades antigas”², implantando assim, após um ginásio de quatro anos, os cursos clássico e científico, ambos com duração de três anos.

Passemos aos programas de matemática da Reforma Gustavo Capanema.

Quanto à elaboração, eles possuem uma diferença marcante em relação aos programas da reforma anterior. A Reforma Francisco Campos, na parte relativa ao ensino de matemática, foi autoritária, pois o ministro acatou todas as idéias de Euclides Roxo que estavam sendo implementadas no Colégio Pedro II a partir de 1929. Em 1942, a elaboração dos programas de todas as disciplinas ficou sob a responsabilidade de uma comissão designada pelo ministério da educação. Outra observação a ser feita é que a discussão sobre tal elaboração envolveu pessoas que não faziam parte da citada comissão. Dessa forma, Euclides Roxo não foi o único

¹ Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 XI - 34 (série g).

² ACCIOLI, 1957, p. 19.

protagonista na história dessa disciplina. Horta afirma que, “no período 1930 – 1945, no Brasil, diferentes forças da sociedade civil e do Estado” moveram-se em torno dos temas educacionais. Foram elas:

“... os militares, que buscam, em nome da segurança nacional, interferir diretamente na política educacional no sentido de conformá-la à política militar do país; a Igreja, que luta pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade de ensino, enquanto garantia a existência de suas escolas e, de uma forma mais ampla, pressiona pelo atendimento de suas reivindicações por parte do Estado, e procura tirar o máximo proveito do princípio de ‘colaboração recíproca’ estabelecido pela Constituição de 1934; os educadores, que se esforçam por conduzir o sistema educacional brasileiro por caminhos novos, visando modernizá-los e adequá-lo às exigências do desenvolvimento do capitalismo; finalmente, o próprio Estado, que aproveita ao máximo as divergências existentes, reconciliando-as e arbitrando os conflitos, para atender aos diferentes grupos das classes dominantes, mas que, em última análise, procura colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária” (HORTA, 1994, p. 3).

E, são justamente essas forças que estiveram presentes no âmbito das discussões sobre a elaboração dos programas de matemática da Reforma Gustavo Capanema.

A Reforma Gustavo Capanema apresenta uma vantagem, quanto à elaboração dos programas de matemática, sobre a reforma Francisco Campo: o grupo que elaborou os programas do primeiro e do segundo ciclo foi o mesmo, mantendo assim, uma unidade nos sete anos do curso secundário.

Em relação à reforma anterior, os programas de matemática implantados em 1942 apresentaram um recuo em algumas idéias de Euclides Roxo. De fato, com a criação de uma comissão para a elaboração dos programas, com a participação direta do padre Arlindo Viera, de Azevedo Amaral, do exército e com a intervenção de Gustavo Capanema, a aprovação integral das idéias de Euclides Roxo tornou-se muito difícil. Outro fator decisivo foi os resultados negativos, apresentados por Arlindo Vieira e pelo exército, sobre os programas implantados pela reforma de 1931.

Em linhas gerais, nos programas de 1942³:

o ensino simultâneo da Aritmética, da Álgebra e da Geometria, em torno da noção de função, não está presente;

o curso propedêutico de geometria intuitiva, nos dois primeiros anos do primeiro ciclo, foi preservado, passando ao estudo da geometria dedutiva a partir do terceiro ano;

a Aritmética teórica voltou a figurar no segundo ciclo do ensino secundário;

³ Cabe aqui lembrar que, os programas dos cursos clássico e científico são basicamente os mesmos, sendo neste último a matéria apresentada de forma mais ampla

as noções de Cálculo Infinitesimal e de Função permanecem nos programas, entretanto, passaram para o segundo ciclo e;

as noções de Geometria Analítica e Trigonometria compõem duas unidades.

Desse modo, Euclides Roxo conseguiu preservar vários pontos defendidos desde 1928, entretanto, com uma configuração um pouco distinta das reformas anteriores, 1929 e 1931.

Enfim, a Reforma Gustavo Capanema encerrou um período, iniciado em 1929, da história da disciplina matemática no Brasil.